

PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA JUNTA MILITAR



No Quartel de Engenharia n.º 1, numa dependência que funcionou como Quartel-General do Movimento das Forças Armadas, realizou-se na manhã do dia 26 de Abril a primeira conferência da Junta de Salvação Nacional presidida pelo General António Spínola. Perante os representantes de todos os diários de Lisboa e do Porto e dos órgãos da Imprensa nacional e estrangeira, rádio e televisão, incluindo uma equipa da Rádio e Televisão espanhola, o

General António Spínola iniciou a conferência, afirmando:

«É a primeira vez que a Junta de Salvação Nacional entra em contacto com a Imprensa. Antes de mais, desejo agradecer a forma patriótica como a Imprensa acompanhou o movimento das Forças Armadas e para além deste agradecimento eu formularei votos para que a Imprensa dentro da liberdade de expressão que vai passar a ter saiba efectivamente cumprir o heróico dever que lhe com-

pete para com a Pátria no esclarecimento do nosso bom povo português.

A todos, o Movimento das Forças Armadas e a sua Junta de Salvação Nacional agradecem.»

PERGUNTAS E RESPOSTAS

O General António de Spínola, respondeu depois às perguntas que lhe foram formuladas.

— Em relação à resistência dirigida pela DGS até noite alta é

que foi a única nota discordante neste movimento?

R. — Ainda não estão esclarecidos os pontos a que se refere, todavia, já foi chamada a atenção da Direcção-Geral de Segurança e creio bem que passará a agir por forma a que não mereça mais qualquer reparo do Povo português.

P. — (Jornalista espanhol) — Poderíamos, Senhor Presidente, saber qual foi o resultado final que a Junta Militar obteve com a sua reunião que durou toda a noite?

R. — Foi a revisão do programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas que neste momento se distribuiu à Imprensa.

P. — (Jornalista espanhol) — Qual será, Senhor Presidente a política de Portugal, de agora em diante, em relação às províncias ultramarinas?

R. — A política que for definida no consenso do País.

P. — (Jornalista espanhol) — Qual o destino do Almirante Américo tomás e Dr. Marcello Caetano?

R. — Partiram já de avião para o Funchal.

P. — (Jornalista espanhol) — Qual será a linha da política exterior de Portugal, neste momento?

R. — Vai ser uma linha de abertura em soluções de evolução para o futuro do progresso de Portugal no seu todo pluricontinental.

P. — (Jornalista espanhol) — Qual é a reacção do povo português?

R. — Magnífica. Ultrapassou largamente todas as expectativas.

P. — (Jornalista espanhol) — Há vítimas?

R. — Creio que não.

P. — (Jornalista espanhol) — Terá o povo enfrentado as Forças Armadas?

R. — Creio que não. Se houve alguns tiros foram tiros esporádicos. Acções de fogo, penso que não houve.

P. — (Jornalista espanhol) — Quer dizer algo para a Espanha que neste momento está aguardando os acontecimentos que se estão a desenrolar em Portugal, Senhor Presidente?

R. — Creio bem que a nova orientação que vai ser imprimida à política portuguesa muito facilitará as relações de Portugal com a Espanha.

P. — (Jornalista português) — Neste momento está a ser tomada alguma directiva para os Governos do Ultramar?

R. — Neste momento ainda não.

P. — Outro jornalista português) — Senhor General, Vossa Excelência falou relativamente ao problema da Imprensa e ao problema da liberdade de expressão. Independentemente daquilo que Vossa Excelência tem formulado no comunicado a apresentar à Nação, Vossa Excelência poderá adiantar-nos alguma coisa relativamente à extinção do exame prévio e de outros organismos que têm limitado a comunicação com o público?

R. — O programa do Movimento das Forças Armadas que lhes vai ser distribuído responde cabalmente à pergunta que me faz. A abolição da censura e exame prévio, apenas com as restrições relativas ao segredo de aspectos militares nesta fase que ainda atravessamos no nosso Ultramar.

P. — (Outro jornalista português) — Senhor General, relativamente à Lei de Imprensa surgiu um Decreto de Maio de 1972, salvo erro. Essa Lei de Imprensa será revista ou não está prevista a sua revisão nos termos constitucionais?



Fala-se no comunicado na perspectiva de um pluralismo político. Será que vamos ver reaparecer partidos como socialista ou como CDE nos jornais?

R. — Tudo leva a crer que sim.

P. — (Mesmo jornalista português) — Os termos em que se referiu na sua resposta à pergunta sobre a resistência oferecida pela Direcção-Geral de Segurança, pelos elementos da DGS, levou-me a crer que a Direcção-Geral de Segurança vai continuar e não foi suspensa, abolida, que não desapareceu. Nos termos da resposta do Senhor General.

R. — Este programa que vai ser distribuído também responde cabalmente à sua pergunta. Está prevista a extinção da Direcção-Geral de Segurança, apenas com restrições em relação ao Ultramar enquanto as operações militares o exigirem.

P. — (Outro jornalista português) — Senhor General, podemos saber o nome do líder do Movimento?

R. — Aí está uma resposta muito difícil, para dar, porque não sei.

P. — (Mesmo jornalista) — Que movimento é que foi?

R. — Creio que o Movimento colectivo das Forças Armadas.

P. — (Outro jornalista português) — Senhor General, Vossa Excelência referiu-se ao problema da extinção do exame prévio. Essa extinção quando é que se verificará, Senhor General?

As notícias relativas ao próprio Movimento que está a decorrer ainda neste momento terão que ser submetidas a um exame prévio ou ficarão à responsabili-

dade dos jornais e seus respectivos directores?

R. — As actuais deste Movimento ficam já à responsabilidade dos jornais.

P. — (Mesmo jornalista) — E as outras que se derem neste espaço de tempo?

R. — Também, mas brevemente, dentro de muito pouco tempo, recebem já indicações precisas a este respeito.

P. — (Outro jornalista portu-

guês) — Senhor General a Junta pensa estabelecer algum contacto com os dirigentes dos movimentos de guerrilha?

R. — Neste momento, não.

P. — (Outro jornalista português) — Qual é a situação dos presos políticos neste momento?

R. — Também vão ser soltos.

P. — (Mesmo jornalista) — Todos os presos políticos, Senhor General? Ou alguns presos políticos?

R. — Não. A ideia é a de todos os presos políticos, excepção feita evidentemente àqueles que, para além de problemas ligados a ideologias políticas tenham também cometido crimes classificados no Código Penal.

P. — (Outro jornalista português) — O que é que se prevê em relação à emigração?

R. — Por enquanto o Movimento vai entrar em auscultação.

P. — (Mesmo jornalista) — E

No decorrer desta conferência e a propósito do Ultramar, referiu-se o general Spínola ao assunto nos seguintes termos:

«Há outro ponto que eu quero referir. É o da nossa posição perante o Ultramar. Aproveito esta reunião para responder a muitas perguntas que nos têm sido feitas.

«Há muito tempo que no nosso País se vem confundindo o conceito de autodeterminação com o conceito de independência. Na Guiné já defini o que entendia por autodeterminação. Recordo-me da reacção do anterior Governo perante esta minha posição. Julgo que autodeterminação é o direito de cada povo escolher os seus destinos. Mas para que cada um povo possa autodeterminar-se deve estar à altura de saber escolher o seu destino. Deve estar de posse de um nível cultural mínimo para saber escolher. Se assim não for, qualquer acto de autodeterminação não irá servir outros interesses que não sejam os de terceiros. Eu distingo claramente autodeterminação de independência.

«Quando eu governava a Guiné, não tenho dúvidas de que se tivesse lançado um plebiscito esse me teria sido favorável. Mas não seria sério porque a população não estava culturalmente preparada para decidir em plena consciência. Em África não há ainda preparação intelectual e o número de elites é limitado, o que não acontece aqui. Tão-pouco aceito negociar neste momento com interlocutores que não representem a vontade desse povo. Penso que a autodeterminação só pode decidir-se através de um plebiscito — mas um plebiscito concretizado através de um povo com determinado nível cultural. A independência imediata corresponderia a uma vontade que não seria a vontade de um povo. Não nos esqueçamos que se aqui já há elites preparadas, no Ultramar não. Devemos á acelerar o processo ultramarino que permita ao povo autodeterminar-se, mas autodeterminar-se sob a Bandeira Portuguesa. Esse é o nosso objectivo e se o conseguirmos será o reconhecimento da nossa capacidade política e da segurança dos nossos destinos. Conhecemos os inconvenientes de uma independência prematura e queremos ser dignos dos nossos mortos.»

em relação aos refugiados políticos, por exemplo?

R. — A vinda dos refugiados políticos portugueses será abrangida evidentemente pelas medidas a que há pouco me referi.

P. — (Jornalista português) — Outra pergunta: Qual a posição em relação às empresas multinacionais?

R. — Isso são problemas sobre os quais nos vamos debruçar.